

GÊNESE TERRITORIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA

Territorial genesis of the Zona da Mata Mineira

Pedro José de Oliveira Machado

Professor do Departamento de Geociências - Universidade Federal de Juiz de Fora

<https://orcid.org/0000-0002-0264-303X>

pjomachado@gmail.com

Luciano Alves Soares Caraméz

Mestre em Geografia pelo PPGEU/UFJF

<https://orcid.org/0000-0002-4155-1090>

luciano_ufjfgeografia@outlookm.com

Artigo recebido em dez/2023 e aceito em fev/2024

RESUMO

Este artigo trata do processo de formação territorial da Zona da Mata Mineira, caracterizando-se como um trabalho de pesquisa no campo da geografia histórica regional, tendo como recorte territorial essa porção situada entre a Serra da Mantiqueira e a divisa com o estado do Rio de Janeiro, por onde penetraram as primeiras estradas de Minas, responsáveis pelo início do processo de ocupação regional, e também a cultura cafeeira, que transformará profundamente as relações econômicas, culturais, sociais e territoriais que aí se desenvolviam. Essa genealogia territorial está extremamente associada à Barbacena e Mariana, municípios que deram origem, direta ou indiretamente, a todos os demais situados nessa região. O artigo apresenta e discute as diversas interações territoriais e político-administrativas, tomando como abrangência temporal o final do século XVIII, sobretudo 1791, quando é criado o município de Barbacena, e são delineadas as principais limitações regionais, e 1942, quando ocorre a primeira divisão regional oficial do Brasil, em zonas fisiográficas. Como o objetivo era apresentar a genealogia territorial regional, tornou-se fundamental fazer a representação através de documentos cartográficos, sendo apresentados sete mapas, criados a partir de bases disponíveis no IBGE, com uso do ArcGIS, sendo seis deles, produtos exclusivos dessa pesquisa.

Palavras-chave: Geografia histórica; Formação territorial; Zona da Mata Mineira.

ABSTRACT

The article deals with the territorial formation process of Zona da Mata Mineira characterized as a research work in the field of regional historical geography, encompassing this portion located between Serra da Mantiqueira and the border of Rio de Janeiro where the first roads of the state, responsible for the beginning of the process of regional occupation, and also the coffee culture penetrated, that will profoundly transform the economic, cultural, social and territorial relations that developed there. This territorial genealogy is extremely associated with Barbacena and Mariana, municipalities that gave rise, directly or indirectly, to all those located in the region. The article seeks to present and discuss these territorial and political-administrative interactions; taking as a temporal cut at the end of the eighteenth century, especially the year 1791, when the municipality of Barbacena is created, and in 1942, when the first official regional division of Brazil occurs and the Zonas Fisiográficas are created. As the main objective was to present the regional territorial genealogy, it became fundamental to make its visual representation, through cartographic documents, being

presented here seven maps, six of them, created from IBGE bases and with the use of ArcGIS software, products unique to this research.

Keywords: Historical Geography; Territorial formation; Zona da Mata Mineira.

1. INTRODUÇÃO: UMA ZONA DE MATAS, CAFÉ E ESTRADAS

A Zona da Mata Mineira é uma das regiões mais tradicionais do país, constituindo uma área individualizada tanto por aspectos naturais – especialmente pela presença da vegetação original que lhe rendeu o nome – quanto por aspectos econômicos, sobretudo aqueles relacionados à cultura do café, que a partir do início do século XIX, protagonizou ciclo dos mais importantes e que foi responsável, de fato, pela primeira estruturação social e econômica regional. Foi a economia cafeeira “que ao penetrar em Minas, aos poucos vai conformando uma região diferenciada no contexto econômico e social das Gerais” (PAULA, 2006, p. 69), ou seja, é possível entender que “o processo de construção de uma civilização na Mata Mineira somente se deu a partir da expansão da cultura cafeeira, em meados do século XIX” (SARAIVA, 2008, p. 20).

Pode-se observar essa unificação também do ponto de vista histórico, pois estando confinada entre a Serra da Mantiqueira e a divisa com o Rio de Janeiro, se tornou área de passagem estratégica entre a Corte e as minas produtoras de ouro, o que fez dela uma região recortada por muitas estradas, como se deu com o Caminho Novo, no início do século XVIII, com a Estrada do Paraibuna, aberta por Henrique Guilherme Fernando Halfeld, a partir de 1836, com a Estrada União & Indústria, de Mariano Procópio Ferreira Lage, inaugurada em 1861 e com a Estrada de Ferro D. Pedro II, que estabeleceu suas estações em Minas Gerais a partir de 1869, penetrando o estado exatamente por aí.

As primeiras estradas, contudo, apenas cortavam a região, num momento em que “a Zona da Mata era mantida pelas vicissitudes do ciclo minerador” (MERCADANTE, 1973, p. 23), mas ao mesmo tempo, foram elas as grandes responsáveis pelo embrionário processo de ocupação dessa parte da província de Minas Gerais, polvilhando-a com inúmeras pequenas povoações, embora produzindo um modelo de ocupação rural, pontual, disperso e sem contiguidade espacial. E por mais de um século esse quadro vai se manter inalterado, fazendo dessa região um “território da espera”, utilizando-se aqui o termo apresentado por Santos (2020, p. 3). O café, por sua vez, vai implicar numa revolução nesse quadro geral, implantando um reordenamento econômico, social, político e também territorial. O avanço da cultura cafeeira – causa e efeito da expansão ferroviária – vai impulsionar inúmeras modificações no domínio dos territórios, e as alterações político-administrativas vão se suceder, nessa região, em maior número e em velocidade cada vez mais acentuada.

Não há dúvidas quanto à importância e relevância dessa unidade territorial do estado de Minas Gerais. Contudo, torna-se imperativo observar, que seguindo o rigor regional atual, essa unidade não mais existe, pelo menos do ponto de vista oficial.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, redefiniu a divisão do país adotando como recortes territoriais as chamadas Regiões Geográficas Imediatas e as Regiões Geográficas Intermediárias, em substituição às antigas mesorregiões e microrregiões geográficas, que vigoravam desde 1990. Enquanto “as Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência (...), sendo estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações”, as Regiões Geográficas Intermediárias “correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas” (IBGE, 2017, p. 20). Por essa nova regionalização o estado de Minas Gerais foi dividido em 13 Regiões Geográficas Intermediárias, formadas por 70 Regiões Geográficas Imediatas.

O território anteriormente ocupado pela ‘antiga’ Zona da Mata, corresponde, aproximadamente, pela divisão atual, à denominada Região Geográfica Intermediária Juiz de Fora, formada por 10 Regiões Geográficas Imediatas (Tabela 1), abrangendo 146 municípios, o maior número entre todas as unidades do estado (IBGE, 2017, p. 45). Estudo detalhado comparando a composição da antiga Zona da Mata com a da atual Região Intermediária Juiz de Fora foi realizado por Barros (2021).

Tabela 1: Região Geográfica Intermediária Juiz de Fora e suas 10 Regiões Imediatas.

Regiões Geográficas Imediatas	Nº de municípios
Juiz de Fora	29
Manhuaçu	24
Ubá	17
Ponte Nova	19
Muriaé	12
Cataguases	10
Viçosa	12
Carangola	9
São João Nepomuceno-Bicas	9
Além Paraíba	5
Total	146

Fonte: Machado e Caraméz (2022, p. 230).

Mesmo que não exista mais do ponto de vista oficial, a Zona da Mata continua (e assim deverá permanecer por muito tempo) sendo tratada, referenciada e utilizada como uma região. Essa é uma situação muito similar àquela que ocorria antes de sua existência oficial. Ou seja, essa parte de Minas Gerais já era tratada como uma unidade regional muito antes de sua criação oficial, o que decorreu da primeira divisão regional do Brasil, realizada pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1942, quando da adoção das chamadas Zonas Fisiográficas (IBGE, 2017, p. 61/62).

Então, surgem algumas questões importantes a serem respondidas: antes da criação oficial, a que território se referiam quando era utilizada a denominação Zona da Mata? Quais municípios eram considerados parte integrante dessa unidade regional? Como mapear essa região antes de sua criação oficial? Qual a gênese territorial da Zona da Mata criada oficialmente em 1942?

É possível estabelecer a dinâmica de construção territorial da Zona da Mata Mineira em, pelo menos, três recortes temporais distintos. O primeiro deles – que corresponde ao escopo abarcado e discutido no presente artigo – abrange o período anterior a 1942, ou seja, quando a Zona da Mata não existia oficialmente, mas já era tratada como uma unidade territorial. O segundo momento abrange as divisões oficiais do IBGE, quando a Zona da Mata foi caracterizada, sucessivamente, como uma Zona Fisiográfica, em 1942 (e também em 1960), como uma Mesorregião Homogênea, em 1976 e como uma Mesorregião Geográfica, em 1990. O terceiro período tem início com a nova divisão proposta pelo IBGE, em 2017, quando as novas regiões geográficas – Intermediárias e Imediatas – vieram substituir as microrregiões e mesorregiões de 1990.

Posto isso, deve-se destacar que o que se objetiva nesse artigo não é dissertar sobre o processo de ocupação geo-histórica da Zona da Mata Mineira, tema sobre o qual já se debruçaram, com muito êxito, vários pesquisadores, como Valverde (1958), Mercadante (1973), Wirth (1982), Castro (1987), Blasenheim (1996), Carrara (1999), Diniz e Batella (2005), Netto e Diniz (2006), Paula (2006), Lamas (2006), Carneiro (2008), Carneiro e Matos (2010), Vieites, Vieites e Freitas (2014), Mattos (2016), dentre outros. O que se objetiva aqui é identificar as bases territoriais que deram origem e constituição à Zona da Mata Mineira, uma espécie de estudo sobre a genealogia regional, considerando-se o recorte temporal compreendido entre os anos de 1711, quando foram criadas as primeiras vilas e respectivos municípios da capitania de Minas Gerais, e 1942, quando é oficialmente criada (reconhecida) a região fisiográfica da Zona da Mata.

Como o objetivo é apresentar a genealogia territorial regional, tornou-se fundamental sua representação através de mapas, cujo processo de produção estruturou-se num plano metodológico adaptado de Costa (2019), e que se encontra evidenciado a partir das seguintes etapas principais: 1) levantamento e obtenção de dados; 2) criação e organização de um banco de dados georreferenciados; 3) elaboração dos produtos cartográficos.

O levantamento de dados cartográficos consistiu na busca de arquivos no formato shapefile, mapas e referências bibliográficas que atendessem ao objetivo do presente estudo. Foram obtidos, junto ao sítio eletrônico do IBGE, arquivos shapefile das Zonas Fisiográficas de 1942 e 1960, e ainda a base cartográfica municipal para os anos de 1900 e 1960; arquivos shapefile da malha hídrica de Minas Gerais foram obtidos no Sistema de Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE); e uma figura base da divisão territorial de Minas Gerais, em 1791, disponível em Castro (2017, p. 119).

A instituição e estruturação de um repositório de dados georreferenciados teve a primordial finalidade de arquivar e administrar a totalidade das informações previamente coletadas, bom como aquelas que ainda foram sendo adquiridas no decurso da elaboração do presente estudo. Importa sublinhar que, neste contexto, todos os conjuntos de dados foram meticulosamente separados, sistematicamente organizados, editados e dispostos no sistema de coordenadas geográficas dentro do sistema de referência geodésico Sirgas 2000. Para a efetiva realização destes procedimentos, empregou-se o software ArcGIS. A partir daí foram criados os mapas apresentados nas Figuras 1, 2, 3, 5 e 6.

2. A MATA ANTES DA MATA

Como bem nos situam Carneiro e Matos (2010, p. 13) “a primeira acepção da Mata enquanto região” pode ser atribuída ao naturalista francês Auguste de Saint Hilaire (1938, p. 75). Quando de sua “Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo”, em 1822, o viajante destacou: “meu hospedeiro, além desta fazenda, possui outra, na Matta, ao lado do Rio do Pomba. Aqui cria gado e lá planta milho (...)”. O relevo dado à palavra ‘Matta’, escrita com letra maiúscula, se refere claramente à região e não a uma forma de vegetação.

O explorador britânico Richard Francis Burton, em sua viagem de 1867, descrita na obra publicada no ano seguinte (“Viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho”), também se refere à Mata como uma região, em uma interessante nota explicativa do capítulo VII:

“Alguns escrevem Mercês da Pomba. A expressão, contudo, contém uma dessas elipses tão comuns em português e tão difíceis para o estrangeiro; a frase completa seria: (Nossa Sr^a. das) Mercês do (Rio da) Pomba. O rio Pomba é um importante afluente do Paraíba do Sul e as terras em torno dele são conhecidas por “Mata” (BURTON, 2001, p. 122).

Na segunda metade do século XIX já era muito comum tratar essa parte de Minas sob o topônimo geral de Zona da Mata. Os jornais, principais meios de circulação de informações e ideias daquele momento, assim se referiam, como pode ser observado, por exemplo, nos jornais A Actualidade, de Ouro Preto, em sua edição de 11 de outubro de 1878 (Ano 1, nº 107), no jornal O Pharol, de Juiz de Fora, de quarta feira, 21 de dezembro de 1887 (nº 290, p. 1) e ainda em outra matéria do Jornal O Pharol, em sua edição de 28 de setembro de 1909 (nº 228, p. 1), como transcritos, respectivamente, a seguir:

“Ora, se em vista das previsões de uma colheita mais ampla, previsões que felizmente se realizarão, porque as notícias são as mais favoráveis a respeito da produção do café na zona da mata, a assembleia votou (...)”;

“A despeza com a criação de mala directa de Juiz de Fora para a estação da Serraria será generosamente compensada com os benefícios prestados àquela zona da matta”;

"Todo mundo sabe que a extensíssima Zona da Matta está transformando os seus ubérrimos terrenos desocupados em soberbas pastagens, onde desenvolve linda criação, base de toda a riqueza da indústria pastoril".

Depositado no Arquivo Público Mineiro¹ encontra-se um material muito interessante sobre essa região, datado de 1905, tratando das “Circunscrições policiaes na Zona da Matta”. O documento aponta para uma proposta de criação de 7 circunscrições para a “região”, quais sejam: 1ª Sede em Juiz de Fora, compreendendo os municípios de Juiz de Fora, Palmyra (atual município de Santos Dumont) e Lima Duarte; 2ª Sede em Rio Novo, compreendendo os municípios de Rio Novo, São João Nepomuceno, Pomba (atual Rio Pomba), Guarará e Mar de Espanha; 3ª Sede em Cataguases, compreendendo os municípios de Cataguases, Além Paraíba, Leopoldina e Palma; 4ª Sede em Ubá, compreendendo os municípios de Ubá, Rio Branco (atual Visconde do Rio Branco) e Viçosa; 5ª Sede em Ponte Nova, compreendendo os municípios de Ponte Nova e Abre Campo; 6ª Sede em Carangola, compreendendo os municípios de Carangola, São Paulo do Muriaé (atual Muriaé) e São Manoel (atual Eugenópolis); e 7ª Sede em Caratinga, compreendendo os municípios de Caratinga e Manhuaçu.

Interessante observar que nessa listagem não foram relacionados os municípios matenses de Rio Preto, Piranga e Alto Rio Doce, embora existissem à época. Por outro lado, faz parte da relação o município de Caratinga, que não se inclui na Zona da Mata, mas na região do Rio Doce. Seja como for, era o que se concebia, naquele momento, como Zona da Mata. Na Figura 1 apresentamos, cartograficamente, esse esboço regional, incluindo os municípios de Rio Preto, Piranga e Alto Rio Doce.

¹ Referência: Arquivo Público Mineiro. Fundo Chefia de Polícia. Relatório do Chefe de Polícia do ano de 1905. p.23-24.

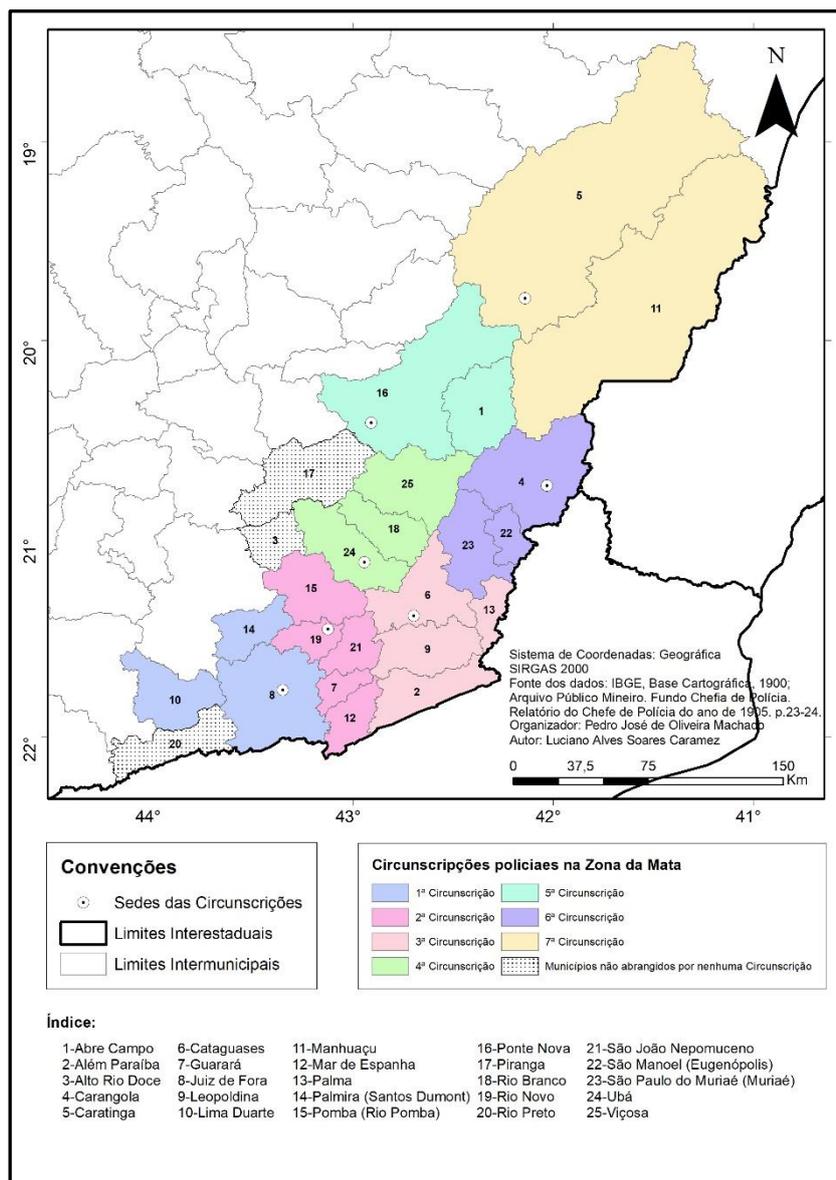


Figura 1 - Circunscrições policiais na Zona da Mata, em 1905.

Outra forma de entendimento de regionalização da Mata antes da primeira divisão oficial de 1942, foi dada pela realização dos chamados Congressos de Municipalidades, que tinham entre seus objetivos “detalhar e regionalizar demandas de políticas públicas [...] sob os auspícios do estado, reunindo lideranças econômicas e políticas municipais” (FARIA, 1992, p. 192).

Na região, esses eventos foram chamados de “Congresso das Municipalidades da Zona da Mata”, tendo sido realizados em duas oportunidades. O primeiro ocorreu em Leopoldina, entre os dias 12 e 14 de outubro de 1907, tendo ganhado ares de grande evento, como noticiaram vários jornais da época. Nele estiveram presentes “todos os presidentes de todas as câmaras da Mata”, como afirmava/informava a matéria publicada no jornal O Pharol, edição nº 244, de 15 de outubro de 1907. Não conseguimos levantar a listagem completa de todos os municípios participantes desse evento,

mas certamente nele estiveram representados: Leopoldina, Juiz de Fora, Guarará, Rio Branco, Ponte Nova, Abre Campo, Além Paraíba, Carangola, São Manoel e São João Nepomuceno.

Além de João Pinheiro, presidente do estado entre 1906 e 1908, o congresso teve como orador Arthur Bernardes, deputado que viria a ocupar a presidência do estado (1918 a 1922) e do país (1922 a 1926).

O segundo “Congresso das Municipalidades da Zona da Mata” ocorreu em Ponte Nova, entre os dias 24 e 30 de junho de 1928, também reunindo representações políticas e econômicas, constando da sua pauta temas como café, tarifas e fretes ferroviários, indústria, ensino profissional e serviços de higiene. Nesse congresso foi apresentada, por Carlos Coimbra da Luz, a these “Viação rodoviária da Zona da Mata”, que trazia “o plano de viação rodoviária aconselhável para a Zona da Mata” (LUZ, 1928, p.15). Desse evento tomaram parte, dentre outros, representantes de Ponte Nova, Juiz de Fora, Manhuaçu, Guarará, Viçosa, Rio Branco, Caratinga, Rio Pomba, Além Paraíba, Rio Casca, Raul Soares, Cataguases, Leopoldina, Muriaé, Ubá e Carangola. Observa-se, mais uma vez, a presença nessa relação, do município de Caratinga, da região do Rio Doce. Esse fato será importante para entender a primeira formação territorial e político-administrativa oficial da Zona da Mata.

3. GÊNESE TERRITORIAL DA ZONA DA MATA

Para compreender a atual organização territorial da Zona da Mata Mineira é imperativo voltar ao século XVIII, pois é lá que foram delineados os principais contornos regionais. Para isso é necessário abordar o processo de formação territorial de Barbacena, selado em 1791; e mesmo antes disso, em 1711, quando ocorreu a “primeira divisão administrativa da parte mineira da então Capitania de São Paulo e Minas Gerais” (COSTA, 1997, p. 21), quando foram criadas três vilas: Real Vila de Nossa Senhora do Carmo ou Vila do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), em 8 de abril de 1711; Vila Rica (atual Ouro Preto), em 8 de julho de 1711; e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará), em 17 de julho desse 1711.

Em 1713 foi criada a Vila de São João del-Rei, abarcando a maior parte do território antes pertencente a Ouro Preto (Vila Rica). Essa é uma alteração significativa pois é no território desse novo município que terá origem a maior parte do município de Barbacena e, portanto, de parcela significativa da Zona da Mata.

Esses primeiros recortes político-administrativos de Minas Gerais estão representados, cartograficamente, na obra de Castro (2017), importante referencial para visualizar a dimensão dessas primeiras unidades territoriais do estado.

Em razão de inúmeras circunstâncias, a estruturação territorial de Minas Gerais, durante todo século XVIII, vai se restringir à criação de apenas 14 vilas. Mesmo assim, para compreender a

“história territorial” da Zona da Mata – adotando-se aqui o termo utilizado por Ambrozio (2013) – é importante destacar uma dessas poucas modificações, ocorrida no final do século. Em 14 de agosto de 1791, foi criada a Vila de Barbacena – 12ª vila de Minas Gerais (Figura 2) – abarcando um extenso território que se prolongava desde a divisa com o município de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), ao norte, até os rios Preto e Paraibuna, na divisa com o Rio de Janeiro, ao sul.

A origem territorial da Zona da Mata decorre exatamente dessa organização administrativa constante no final do século XVIII, pois é de Barbacena e de Mariana que serão derivados, direta ou indiretamente, todos os municípios que integram a Zona da Mata. No mapa apresentado na Figura 2 é possível observar a conformação político-administrativa de Minas Gerais em 1791, ano em que Barbacena foi criada e quando existiam apenas 12 municípios na capitania. Sobre essa divisão territorial superpusemos a conformação da Zona da Mata Mineira, de 2016, composta por 143 municípios, última constituição que teve a região antes da alteração efetivada pelo IBGE, em 2017. É possível ver claramente que a Zona da Mata deriva dos territórios preteritamente ocupados pelos municípios de Barbacena e Mariana, divisados, parcialmente, pelo rio Cágado.

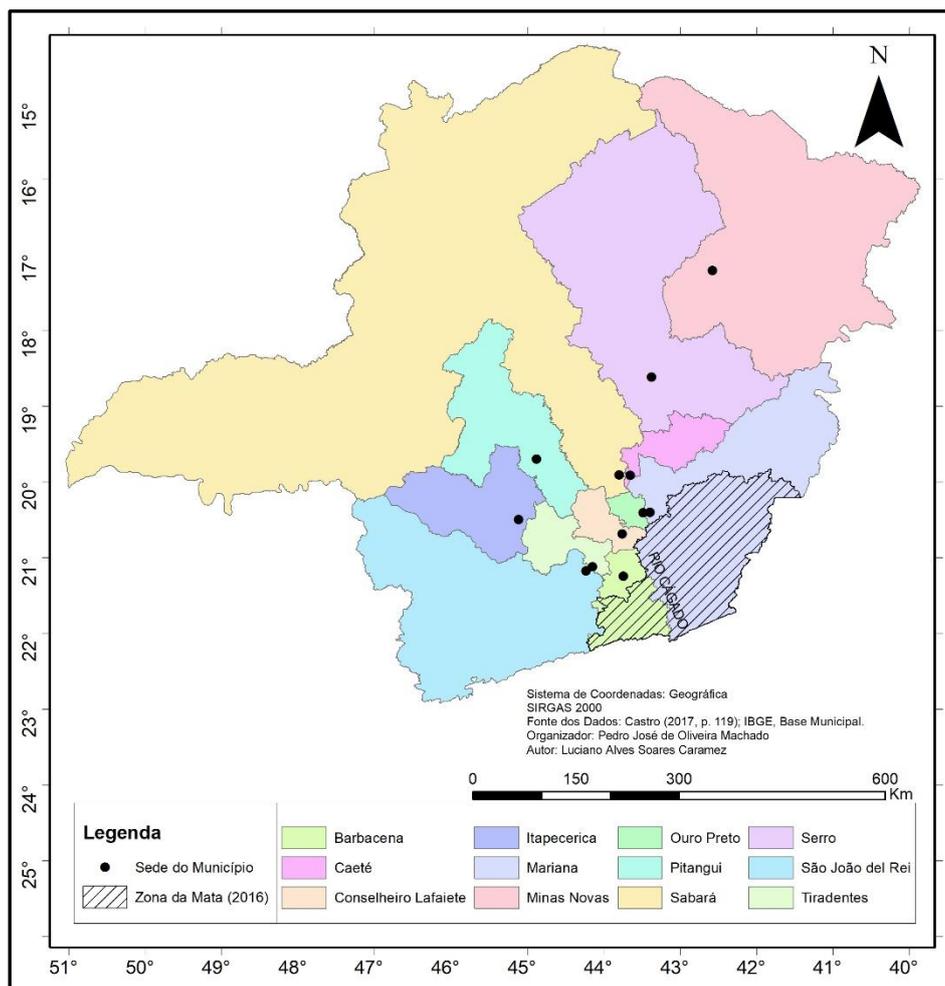


Figura 2 – Divisão administrativa e territorial de Minas Gerais, em 1791.

Essa divisão das origens territoriais da região se dá, portanto, de maneira geral, em leste e oeste, tendo o rio Cágado, afluente do rio Paraibuna, como importante linha divisória. Assim, pode-se entender que os municípios que hoje se situam à margem esquerda do rio Cágado são originários, direta ou indiretamente, de Mariana, enquanto os municípios localizados à margem direita do Cágado tiveram sua gênese territorial, também de forma direta ou indireta, a partir de Barbacena.

Todavia, somente em 1839, pelo artigo 6º da lei provincial nº 147, de 6 de abril daquele ano, é que ficou claramente definido o rio Cágado como elemento divisor entre os municípios de Barbacena e da Pomba, este último criado a partir de Mariana, em 1831. Estabeleceu o citado artigo que os:

“limites meridionais entre os municípios de Barbacena e da Pomba, serão desde a barra do rio Kágado, no Parahybuna, seguindo pelo veio daquele acima até as suas cabeceiras, defronte da Serra de Domingos Ferreira Marques, e por esta seguindo as águas que se encaminham diretamente da Serra da Babilônia à fazenda de Antônio José Gonçalves, e desta serra a fechar no rio Novo, chamado também Piau; ficando para o Município de Barbacena as fazendas do Capitão Maximiano José Pereira, João de Souza Pereira e do Alferes Ignácio da Silva Campello, sitas na margem do dito rio Piau”.

O fantástico mapa produzido pelo tenente João José da Silva Theodoro, em 1847, mostra boa parte da conformação territorial que daria origem à futura Zona da Mata. À margem esquerda do rio Cágado estavam os municípios que derivaram, direta ou indiretamente, de Mariana, que permaneceu com a mesma constituição territorial por 120 anos, desde sua criação, em 1711, até 1831, quando foi criado o município da Pomba.

Naquele 1847, o território genuíno de Mariana estava retalhado político-administrativamente, em seis municípios, dos quais, cinco (exceção feita ao município de Santa Bárbara, criado pela lei provincial nº 134, de 16 de março de 1839, desmembrado de Mariana), participarão diretamente da genealogia territorial da Zona da Mata. Além do próprio município de Mariana, se contam: o município da Pomba (atual Rio Pomba, primeiro município da Zona da Mata, criado pelo Decreto Imperial de 13 de outubro de 1831, desmembrado de Mariana); São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco, emancipado de Rio Pomba, pela lei provincial nº 134, de 16 de março de 1839); São João Nepomuceno (município criado pela lei provincial nº 202, de 1º de abril de 1841, derivado de Pomba); e Piranga (município também criado pela lei provincial nº 202, de 1º de abril de 1841, desmembrado de Mariana).

À margem direita do rio Cágado havia um vasto território ocupado apenas pelo município de Barbacena. Em direção ao sul de Minas, o limite de Barbacena – que acompanhava uma ramificação da Serra da Mantiqueira – era feito com o município de Aiuruoca (criado pelo Decreto nº 17, de 14 de agosto de 1834), que ocupava parte do território antes pertencente a Baependi (município criado por Alvará de 19 de julho de 1814), antes pertencente à Campanha (município criado por Alvará

datado de 20 de setembro de 1798), e que antes ainda, era território pertencente a São João del-Rey, como se pode ver no mapa da Figura 2.

Deve-se observar que o município de Rio Preto, também localizado a oeste do rio Cágado, já havia sido criado, a partir do território de Barbacena, por efeito da lei provincial nº 271, de 15 de abril de 1844, mas tinha perdido essa condição com a edição da lei provincial nº 285, de 12 de março de 1846, que revogou a decisão anterior, suprimindo a vila, que somente será recriada em 31 de maio de 1850, com a edição da lei provincial nº 472 (que também criou o município de Juiz de Fora, então Santo Antônio do Parahybuna) portanto, num momento posterior à elaboração do mapa de Theodoro (1847).

A Figura 3 apresenta a conformação territorial de Minas Gerais em 1847, sendo destacados os municípios derivados, até aquele momento, de Barbacena e Mariana, além do rio Cágado. A essa conformação territorial, superpusemos a conformação da Zona da Mata, em 2016, última constituição que teve a região antes da alteração efetivada pelo IBGE, em 2017, o que possibilita entender claramente o papel relevante e decisivo que tiveram os municípios de Barbacena e Mariana na formação territorial e político-administrativa dessa região.

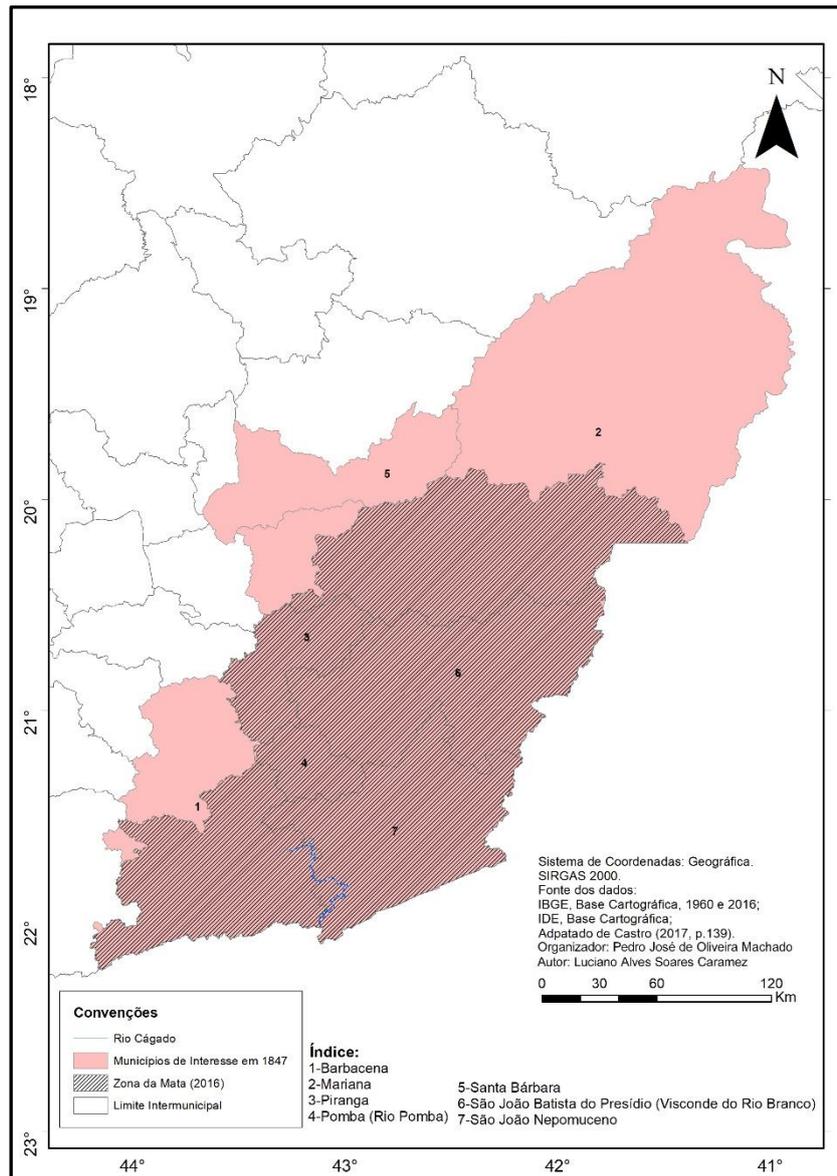


Figura 3 – Divisão administrativa e territorial de Minas Gerais, em 1847.

4. A CRIAÇÃO OFICIAL DA MATA: AS ZONAS FISIAGRÁFICAS

Só em 1942, como mencionado, é que a Zona da Mata, assim como as demais regiões brasileiras, vai passar a ser reconhecida oficialmente como unidade regional, quando ocorre a primeira divisão oficial do Brasil, realizada pelo IBGE, através de seu órgão especializado, o Conselho Nacional de Geografia (CNG), regulamentada pelas resoluções nº 72, de 14/07/1941 e nº 77, de 17/07/1941. “A Circular nº 1, de 31/01/1942, da Secretaria da Presidência da República, determinou que fosse adotada em todos os ministérios a divisão regional definida pelo IBGE” (MAGNAGO, 1995, p. 68).

Os aspectos físicos constituíram os principais elementos definidores desse primeiro processo de regionalização, como apresentado no Artigo 1º, letra b, da Resolução nº 77/1941, transcrito a seguir.

“Artigo 1º - Para o estabelecimento da divisão regional das Unidades Federadas, dentro do critério geral de ter fundamento científico-geográfico e atender às conveniências práticas, são fixadas as seguintes normas: b) caracterização baseada principalmente nos fatos da Geografia Física (geologia, relevo, clima e vegetação natural) e secundariamente nos fatos da Geografia Humana (produção, comunicações, densidade demográfica, formação histórica etc.)”.

Como explicado por Magnago (1995, p.69):

“A metodologia empregada baseava-se no princípio da divisão, isto é, partia do "todo" - o Território Nacional - que sucessivamente se dividia e se subdividia em unidades cada vez menores. Desta forma, identificaram-se, primeiramente, cinco Grandes Regiões que, correspondendo aos espaços mais abrangentes, caracterizavam-se ‘pela dominância de um certo número de traços comuns, que as tornaram bem distintas umas das outras’”.

Essa Resolução nº 77, em seu Anexo nº 1, estabeleceu, portanto, a divisão regional brasileira nas seguintes categorias: 5 Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Leste, Meridional, Central); essas, estavam subdivididas em 21 Regiões, que se dividiam em 63 Sub-regiões, agrupando 129 Zonas (Figura 4).

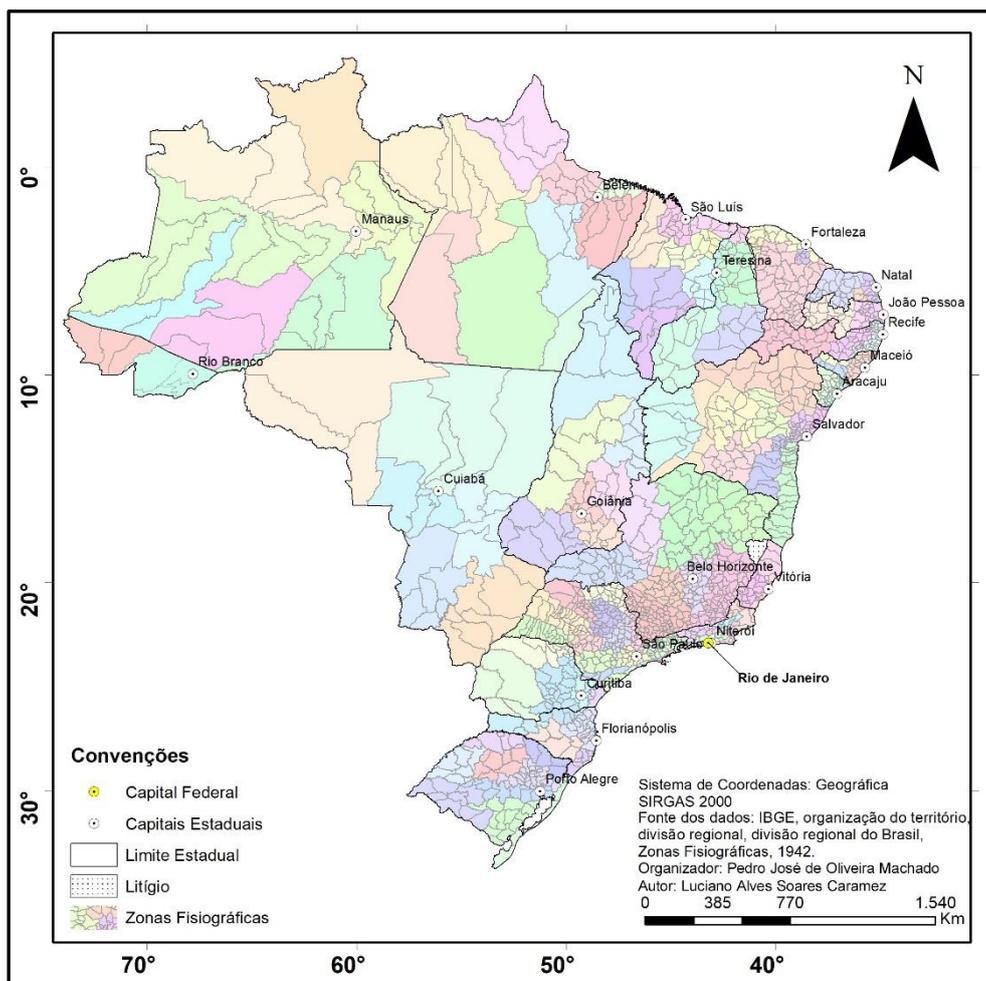


Figura 4 – Divisão regional do Brasil em Zonas Fisiográficas, estabelecidas em 1942.

Nessa primeira divisão regional brasileira, a Zona da Mata aparece como uma Sub-região da Região Litoral e Encosta, pertencente, por sua vez, à Grande Região Brasil Leste. Estava subdividida em 6 zonas fisiográficas: Mata, Serras, Muriaé, Cantagalo, Alto da Serra e Vassouras.

O estado de Minas Gerais estava dividido regionalmente em 9 Zonas Fisiográficas, como consta no Anexo 2 da Resolução nº 77, de 17 de julho de 1941: Zona Nordeste, Zona da Mata, Zona Sul, Zona de Minas Novas, Zona do Centro, Zona Oeste, Zona Noroeste, Zona do Triângulo e Zona do São Francisco, como apresentado no mapa da Figura 5.

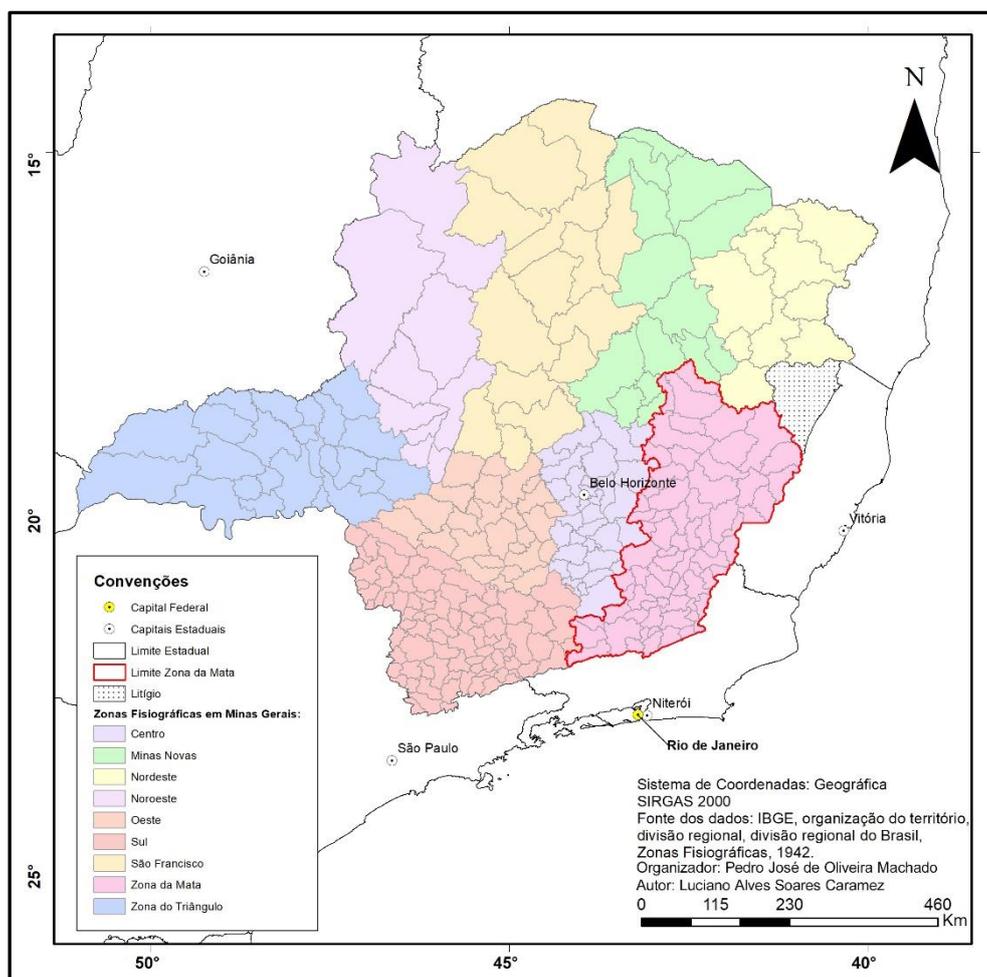


Figura 5 – Divisão regional de Minas Gerais, de 1942, com destaque para a Zona da Mata.

A inclusão de Caratinga naquelas listagens de 1905 e 1928, como se viu, já indicava um conceito de Zona da Mata bem diferente do que nos habituamos a ter. Isso se fez presente na regionalização de 1942. A Mata, nessa primeira divisão, era constituída por 72 municípios (Anexo 2, da Resolução nº 77, de 17 de julho de 1941), abrangendo alguns que mais tarde seriam agrupados na região do Rio Doce, como Governador Valares, Guanhães, Caratinga, Conselheiro Pena e outros.

Os municípios que compunham a Zona da Mata, segundo a divisão regional de 1942 eram: Abre Campo; Aimorés; Além Paraíba; Alto Rio Doce; Alvinópolis; Antônio Dias; Astolfo Dutra;

Barra Longa; Bias Fortes; Bicas; Carangola; Caratinga; Cataguases; Conselheiro Pena; Divino; Dom Silvério; Erval (atual Ervália); Espera Feliz; Ferros; Glória (atual Miradouro); Governador Valadares; Guanhões; Guarani; Guarará; Guiricema; Inhapim; Ipanema; Jequeri; Juiz de Fora; Lajinha; Laranjal; Leopoldina; Lima Duarte; Manhuaçu; Manhumirim; Mar de Espanha; Matias Barbosa; Matipó; Mercês; Mesquita; Miraí; Muriaé; Mutum; Palma; Peçanha; Piranga; Pirapetinga; Pomba (atual Rio Pomba); Ponte Nova; Presidente Vargas (atual Nova Era); Raul Soares; Recreio; Resplendor; Rio Branco (atual Visconde do Rio Branco); Rio Casca; Rio Novo; Rio Piracicaba; Rio Preto; Santa Maria do Suaçuí; Santos Dumont; São Domingos do Prata; São João Evangelista; São João Nepomuceno; São Manoel (atual Eugenópolis); Senador Firmino; Tarumirim; Teixeira; Tombos; Ubá; Viçosa; Virginópolis; Volta Grande (Figura 6).

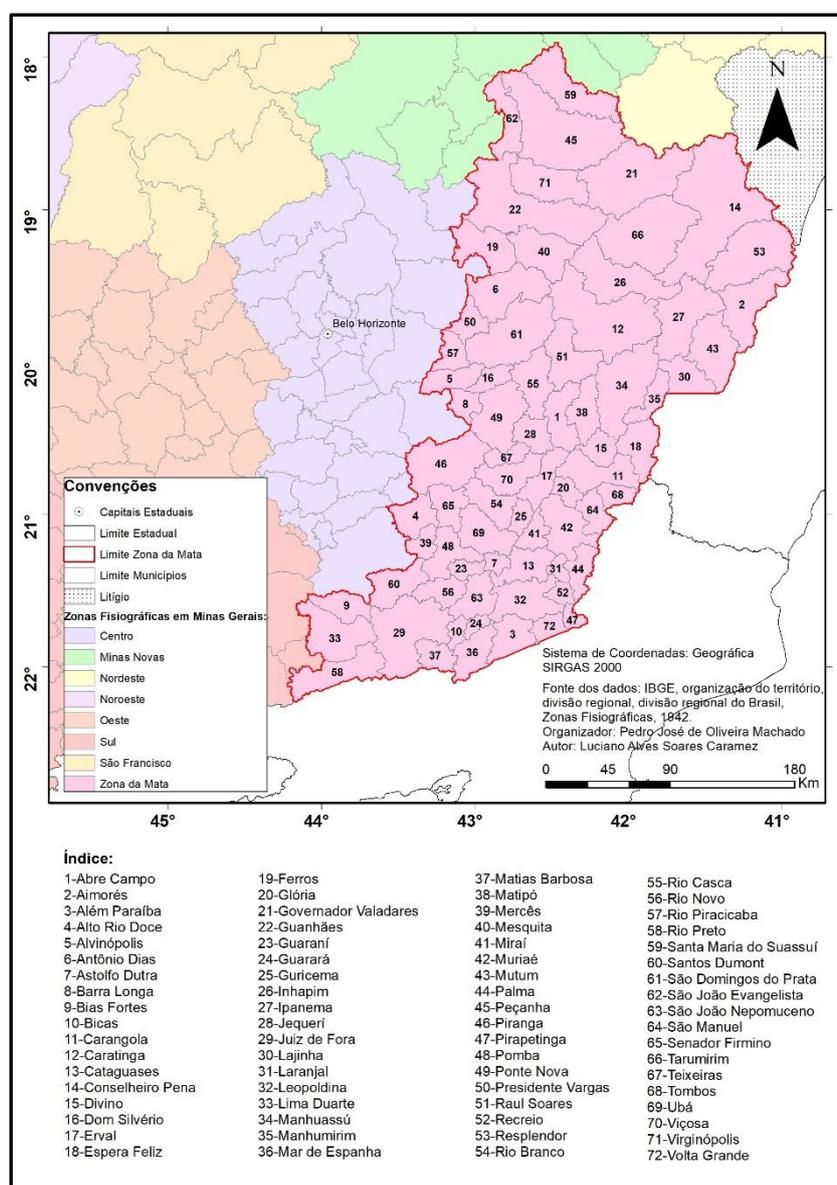


Figura 6 – Constituição político-administrativa oficial da Zona da Mata em 1942.

Essa situação foi revista e alterada em 1960, quando o recorte geográfico ainda era dado pelas zonas fisiográficas, contudo apresentando a Zona da Mata e o Rio Doce como duas unidades regionais distintas, separadas.

Segundo documento disponível no sítio eletrônico do IBGE (2023), intitulado “Código de Zonas Fisiográficas, Municípios e Distritos”, em 1º de julho de 1960, o estado de Minas Gerais estava dividido, regionalmente, em 17 Zonas Fisiográficas: Zona do Médio Baixo Jequitinhonha; Zona do Médio Jequitinhonha; Zona do Mucuri; Zona do Rio Doce; Zona da Mata; Zona do Itacambira; Zona do Alto Jequitinhonha; Zona Metalúrgica; Zona dos Campos da Mantiqueira Mineira; Zona Sul; Zona Oeste; Zona do Alto Médio São Francisco; Zona de Montes Claros; Zona do Alto São Francisco; Zona do Urucuia; Zona Paranaíba-Rio Grande; Zona do Triângulo (mapa da Figura 7).

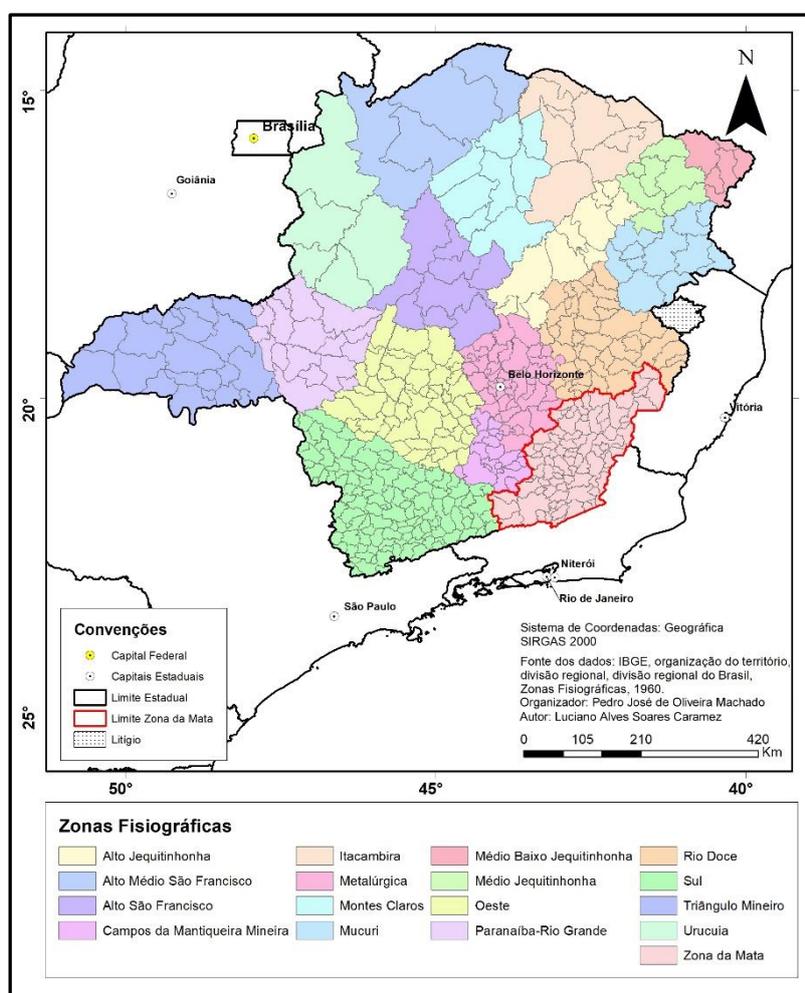


Figura 7 – Divisão regional de Minas Gerais em Zonas Fisiográficas, de 1960, com destaque para a Zona da Mata.

A Zona da Mata, nessa composição de 1960, era constituída por 89 municípios: Abre Campo; Além Paraíba; Alto Rio Doce; Astolfo Dutra; Barra Longa; Bias Fortes; Bicas; Bráz Pires; Carangola; Cataguases; Chiador; Cipotânea; Coimbra; Conceição de Ipanema; Descoberto; Divino; Dom

Silvério; Dores do Turvo; Ervália; Espera Feliz; Estrela Dalva; Eugenópolis; Faria Lemos; Guaraciaba; Guarani; Guarará; Guidoal; Guiricema; Ipanema; Jequeri; Juiz de Fora; Lajinha; Laranjal; Leopoldina; Lima Duarte; Manhauçu; Manhumirim; Mar de Espanha; Matias Barbosa; Matipó; Mercês; Miradouro; Mirafá; Muriaé; Mutum; Oliveira Fortes; Paiva; Palma; Patrocínio do Muriaé; Paula Cândido; Pequeri; Piau; Piranga; Pirapetinga; Piraúba; Pocrane; Ponte Nova; Porto Firme; Presidente Bernardes; Presidente Soares; Raul Soares; Recreio; Rio Casca; Rio Espera; Rio Novo; Rio Pomba; Rio Preto; Santa Cruz do Escalvado; Santa Margarida; Santana do Deserto; Santo Antônio do Grama; Santos Dumont; São Francisco do Glória; São Geraldo; São João Nepomuceno; São Miguel do Anta; São Pedro dos Ferros; Senador Firmino; Senhora de Oliveira; Simonésia; Tabuleiro; Teixeiras; Tocantins; Tombos; Ubá; Viçosa; Vieiras; Visconde do Rio Branco; Volta Grande.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver, o processo de formação territorial e político-administrativo da Zona da Mata Mineira, lança suas raízes no século XVIII, não apenas em razão dos primeiros efeitos da ocupação do território das Minas Gerais, mas por que é nesse momento que são criadas as primeiras vilas e seus respectivos municípios, destacando-se aqui, a criação de Mariana, em 1711, primeira vila da Capitania de Minas, e Barbacena, em 1791, décima segunda unidade municipal do estado.

Desses dois municípios vão se originar todos os demais que formam a Zona da Mata Mineira, ou pelo menos a formavam até 2017, quando esse conceito de mesorregião é substituído pelo conceito de Regiões Geográficas Intermediárias. Nesse momento, a Zona da Mata era formada por 143 municípios, todos criados direta ou indiretamente, a partir de Barbacena ou Mariana.

A organização territorial dessa parte do estado de Minas se deve fundamentalmente à presença das primeiras estradas, que ligavam o Rio de Janeiro às minas produtoras de ouro e diamantes. Localizada entre essas duas áreas, a Zona da Mata se tornou local de passagem, cortada pelo Caminho Novo e pela Estrada do Paraibuna, que iniciaram o processo de povoamento regional.

Com a exaustão da mineração e com o paralelo aumento da produção cafeeira, que penetra o estado, vinda do Vale do Paraíba fluminense, exatamente pela Zona da Mata, o processo de ocupação e organização territorial se intensifica, pois, a cultura cafeeira tem demandas mais exigentes, e assim, o processo de ocupação passa a acompanhar as estradas demandadas pelo café, e não mais pelo ouro. Assim surge a Estrada União & Indústria, em 1861, e a Ferrovia D. Pedro II, no final da década de 1870, o que intensificou, ampliou e diversificou a ocupação regional.

Com o café, os pouco numerosos, mas extensos municípios da Mata, vão sendo repartidos em unidades administrativas menores e se tornando mais numerosos, o que decorreu dos processos de

emancipação, que se deram a partir de Barbacena, de Mariana e/ou indiretamente, a partir dos municípios que destes foram criados.

Foi dessa forma que a Mata foi ganhando identidade e se consolidando como unidade regional reconhecida. Parece-nos que da mesma maneira que esse reconhecimento da Zona da Mata, como uma região, se deu muito antes de seu credenciamento legal, também agora, mesmo com a alteração da terminologia oficial, dificilmente ocorrerá a substituição desse topônimo.

REFERÊNCIAS

AMBROZIO, J. C. G. **Petrópolis: o presente e o passado no espaço urbano: uma história territorial.** Petrópolis: Escrita Fina, 2013. 302p.

BARROS, S. F. S. Da Zona da Mata/MG à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG: continuidades e discontinuidades nas propostas de regionalização do IBGE. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 80, p. 15-33, 2021.

BLASENHEIM, P. L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996.

BURTON, R. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.** Brasília: Senado Federal, 2001 [1868]. 366p.

CARNEIRO, P. A. S. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais.** 2008. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARNEIRO, P. A. S.; MATOS, R. E. S. Geografia Histórica da ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca do mito das “Áreas Proibidas”. In: **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira**, 2010, Diamantina: CEDEPLAR, UFMG.

CARRARA, A. A. **Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX).** Mariana: UFOP, 1999

CASTRO, C. F. F. **Os sertões do Leste: achegas para a história da Zona da Mata.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. 199p.

CASTRO, J. F. M. **Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017. 176p.

COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais – Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa.** Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997. 425p.

COSTA, R. M. **Ação antropogênica sobre o relevo e sua influência na modelagem de predição de escorregamentos e de risco na Bacia Hidrográfica do Córrego Tapera, Juiz de Fora-MG.** 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, 2005.

FARIA, M. A. **A política da gleba**: as classes conservadoras mineiras – discurso e prática na primeira república. 405 f. 1992. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Código de Zonas Fisiográficas, Municípios e Distritos**. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base cartográfica**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 15 out. 2023).

IDE - INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS. **Base cartográfica**. Disponível em <https://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/webgis>. Acesso em: 15 out. 2023.

LAMAS, F. G. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. **Revista Histórica**, São Paulo, n. 8, 2006.

LUZ, C. C. **Viação Rodoviária da Zona da Mata**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

MACHADO, P. J. O.; CARAMEZ, L. A. S. Uma nova regionalização para a velha Zona da Mata: impactos da PEC 188/2019. In: MARQUES NETO, R.; BATELLA, W. B.; MILANEZ, B. (Orgs.). **Dinâmicas Geográficas na Zona da Mata Mineira**. Curitiba: CRV, 2022, p. 227-246.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira – Uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, p. 67-94, 1995.

MATTOS, R. F. Geografia histórica da ocupação territorial da Zona da Mata Mineira ao longo do século XVIII e primórdios do XIX. **Revista de Geografia da UFJF**, Juiz de Fora, v. 6, n. 3, p. 283-291, 2016.

MERCADANTE, P. **Os sertões do Leste**: estudos de uma região – a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 304p.

NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A formação geo-histórica da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 12, p. 21-34, 2006.

PAULA, R. Z. A. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 1, n. 1, p. 66-80, 2006.

SAINT HILAIRE, A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. São Paulo: Editora Nacional, 1938. 226p.

SANTOS, H. M. G. Semânticas da espera. **Revista Terra Brasilis**, v. 13, p. 1-19, 2020.

SARAIVA, L. F. **O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata Mineira, 1853-1893**. 2008. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

THEODORO, J. J. S. **Relatório do Tenente João José da Silva Theodoro**, encarregado pelo Exmo. Sr. Doutor Quintiliano José da Silva, Presidente da Província de Minas Gerais, de levantar o mapa topográfico dos municípios do Presídio, Pomba e São João Nepomuceno e de verificar as divisas entre a dita província, e as do Rio de Janeiro e Espírito Santo pelo lado de Campos e Itapemirim. Ouro Preto: Tipografia Echo de Minas, 1847.

VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 20, n. 1, 1958.

VIEITES, E. G.; VIEITES, R. G.; FREITAS, I. A. Sertões do Leste: a construção de uma região geográfica. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, ano 16, p. 257-275, 2014.

WIRTH, J. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982. 384p.

Jornais

Assembleia Legislativa Provincial – conclusão da sessão de 26 de setembro de 1878. Orçamento provincial. **A Actualidade**, Ouro Preto, Ano 1, nº 107, 11 outubro 1878, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=230359&pagfis=456&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 05 set. 2023.

Correio. **O Pharol**, Juiz de Fora, Ano XXI, nº 290, 21 dezembro 1887, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=517>. Acesso em: 05 set. 2023.

Novas e Motas – Exposição em Leopoldina. **O Pharol**. Juiz de Fora, Ano XLII, nº 244, 15 outubro 1907, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=22978>. Acesso em: 05 set. 2023.

O posto zootécnico em Juiz de Fora. **O Pharol**. Juiz de Fora, Ano XLIV, nº 228, 28 setembro 1909, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=25702>. Acesso em: 05 set. 2023.